DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BARREIRAS

DECRETO Nº 88, DE 09 DE JUNHO 2026

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025/SME, destinado à contratação temporária de pessoal sob o Regime Especial de Direito Administrativo, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Barreiras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras – BA,

Considerando o quanto disposto no Artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988;

Considerando o artigo 2º, incisos II, IV e VI da legislação Municipal que versa sobre a Contratação por Tempo Determinado, Lei nº 663/2005;

Considerando o item 11.5 do Edital nº 001/2025/SME – Processo Seletivo Simplificado, publicada no Diário Oficial Municipal, Edição 4426, do dia 02 de junho de 2025;

Considerando o art. 4º, §2º - III, da resolução TCM n° 1420/2020, que dispõe sobre o ato de prorrogação do prazo de validade do processo seletivo simplificado e a publicação em Diário Oficial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento de vagas sob o regime de Contratação Temporária, correspondente ao Edital nº 001/2025/SME, com homologação divulgada no Diário Oficial Municipal, Edição 4432, de 10 de junho de 2025;

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=57794545000134, OU=AC SyngularID Multipla, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 12:54:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Otoniel Nascimento Teixeira
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ E TRÂNSITO

PORTARIA Nº 001, DE 25 DE MAIO DE 2026.

O CORREGEDOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE BARREIRAS - BA, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 15 (quinze) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa, designada pela Portaria nº 001/2026, de 25 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Barreiras – BA, Edição 4661, de 25 de maio de 2026, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante constantes do Memorando nº 003/2026, de 08 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Davino de Souza Baraúna Neto. Mat – 64.310
Corregedor da Guarda Civil Municipal
Portaria nº 264, de 19 de março de 2024.

Davino de Souza Baraúna Neto
Corregedor - GCM
Portaria n° 264/2024
Barreiras - Bahia

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 206, DE 08 DE JUNHO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 71 da Lei Orgânica do Município de Barreiras/BA, da forma que autoriza o Art. 28 e seus incisos da mesma Lei e atendendo o disposto no Art. 6º e 10º, ambos da Lei complementar nº 617/2003, de 26 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Barreiras, resolve:

Art. 1º Nomear a candidata habilitada em Concurso Público, no cargo a seguir indicado, que compõe a estrutura da municipalidade.

Art. 2º Fica estabelecido que o prazo de posse é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura e publicação desta portaria.

Art. 3º A candidata deverá comparecer, na Diretoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal de Barreiras, situada na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA, das 8:00 às 17:00 horas, para tomar posse.

Art. 4º A publicação da presente portaria atende ao previsto no Art. 25 da Lei Orgânica do Município de Barreiras/BA.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: Fisioterapeuta
CARGA HORÁRIA: 30h

NOME	INSCRIÇÃO	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ALINE FERREIRA CAVALCANTE SOUZA	597.02235019/5	068.75x.xxx-xx	6

Gabinete do Prefeito, em 08 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=57794545000134, OU=AC SyngularID Multipla, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.08 14:33:17-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Otoniel Nascimento Teixeira
Prefeito

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BARREIRAS

PORTARIA Nº 207, DE 09 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras-BA:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o (a) servidor (a) **Cleiton Xavier da Silva,** do cargo de Assistente de Setor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços públicos e Transporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: CN=R, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=57794545000134, OU=AC SyngularID Multipla, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 12:57:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Otoniel Nascimento Teixeira
Prefeito Municipal

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BARREIRAS

PORTARIA Nº 208, DE 09 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras-BA:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o (a) servidor (a) **Marcos Fernando Reis de Oliveira,** do cargo de Assistente de Gabinete, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=57794545000134, OU=AC SyngularID Multipla, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local:
Data: 2026.06.09 12:59:20-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Otoniel Nascimento Teixeira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 02/2025/SMS
CONVOCAÇÃO Nº 007/2026

A Secretária Municipal de Saúde de Barreiras, no uso de suas atribuições legais, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e considerando o contido no Edital nº 02/2025/SMS, resolve:

TORNAR PÚBLICA:

A CONVOCAÇÃO dos selecionados relacionados no Anexo I, para comparecerem no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde (situada à Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, telefone (77)3613-8300/8310), no dia **12/06/2026 (das 08h às 11h)** nos horários agendados, segundo os cargos pretendidos, com a documentação necessária (cópias legíveis, acompanhadas do original ou autenticadas), conforme item 12.5 do Edital nº 02/2025/SMS:

a) Carteira de identidade;
b) Certidão de nascimento ou casamento;
c) Carteira de Trabalho e Previdência Social (somente a página de identificação do portador);
d) PIS/PASEP, dispensado se o número estiver na CTPS;
e) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), dispensado se houver o número do mesmo na Carteira de Identidade;
f) Título de Eleitor;
g) Certificado de reservistas, Certificado de Dispensa de Incorporação ou documento militar, para candidatos do sexo masculino;
h) Comprovante de residência;
i) Comprovação da escolaridade exigida;
j) Documento de comprovação de registro profissional junto ao conselho de classe e Certidão de Quitação;
k) Documento de comprovação de conclusão de pós-graduação, conforme exigência do cargo;
l) Certidão de quitação das obrigações eleitorais;
m) Certidão negativa de antecedentes criminais;

MUNICÍPIO DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

n) Declaração de que não recebe benefício proveniente de regime próprio ou geral da Previdência Social (INSS), emitida pelo INSS;
o) Declaração de não acumulação de cargos ou empregos na administração pública (há um formulário que pode ser preenchido no ato da entrega da documentação);
p) Declaração de bens (há um formulário que pode ser preenchido no ato da entrega da documentação);
q) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
r) 01 (uma) foto 3x4;
s) Cópia do cartão magnético ou outro documento que exiba o número da agência e conta corrente, caso haja correntista do Banco Santander.

A entrega dos documentos ocorrerá no dia 12/06/2026 (das 08h às 11h), no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde (situada à Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, telefone (77)3613-8300/8310), nos horários agendados, segundo os cargos pretendidos.

Os documentos supramencionados deverão ser entregues na íntegra, sendo vedado o recebimento de documentação incompleta, conforme disposto nos itens 5.2 e 5.4 do Edital nº 002/2025/SMS, e o não comparecimento dos candidatos nos locais, datas e horários estabelecidos a esta convocação, implica na exclusão do convocado no processo seletivo.

Barreiras – Bahia, 09 de Junho de 2026.

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 15:45:14 -03'00'

Larissa Gomes Barbosa
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 34/2025

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

MUNICÍPIO DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ANEXO I			
Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025/SMS			
Candidato	**Número de inscrição**	**Ordem de colocação**	**Situação**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HIGIENIZAÇÃO			
DATA DE APRESENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: 12/06/2026 DAS 08h AS 11:00h			
LUCILENE DOS SANTOS BORGES	2500111898	64	Cadastro Reserva

AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
DATA DE APRESENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: 12/06/2026 DAS 08h AS 11:00h			
YAGO SANTOS STELTTER	2500110666	83	Cadastro Reserva
MARIA ANETE TAVARES DA CAMARA RITTER	2500110829	84	Cadastro Reserva
CARLOS MARCIEL BISPO DA SILVA	2500110740	85	Cadastro Reserva
KEILA KELLEN DIAS MONTEIRO	2500110257	86	Cadastro Reserva
NAIARA VASCO DA SILVA	2500112173	87	Cadastro Reserva
PATRICIA DE JESUS CARVALHO SANTOS	2500110492	88	Cadastro Reserva
JESSICA BATISTA SOARES	2500110761	89	Cadastro Reserva
NAIANE PASLANDIM LACERDA	2500110042	90	Cadastro Reserva
FERNANDA KAROLINE SILVA LINO	2500110206	91	Cadastro Reserva
MONICA LOURES QUINTEIRO	2500110006	92	Cadastro Reserva
GRAZIELE DE SOUZA PORTELA ALMEIDA	2500111482	93	Cadastro Reserva

MUNICÍPIO DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ENFERMEIRO PLANTONISTA			
DATA DE APRESENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: 12/06/2026 DAS 08h AS 11:00h			
EDICELIA DE SOUZA SANTANA	2500112717	45	Cadastro Reserva
LEANDRO FERNANDES MACHADO	2500111573	46	Cadastro Reserva
TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA			
DATA DE APRESENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: 12/06/2026 DAS 08h AS 11:00h			
SUELEN SILVA DOS SANTOS MENDES*	2500110091	94	Cadastro Reserva
*REQUEREU CONVOCAÇÃO PÓS LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NA CONVOCAÇÃO 005/2026 - DOM 4649 de 07/05/2026			

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS - ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Mem. n° 274/2026/SEDUC
À Comissão Permanente de Licitação – CPL

Referência: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

ASSUNTO: Análise de Impugnação ao Edital.

IMPUGNANTE: E I. T. I T E LTDA

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras – SEDUC.

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa E I. T. I T E LTDA em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura aquisição de material pedagógico e papelaria destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Educação de Barreiras/BA.

Em síntese, a impugnante requer:

a) revisão do item 16.3 do edital, visando à redução do prazo para apresentação dos documentos de habilitação;

b) revisão dos índices econômico-financeiros exigidos no item 16.7.3.5;

c) exclusão da exigência de apresentação de documentos complementares aos atestados de capacidade técnica prevista no item 16.7.4.5;

d) inclusão de exigência de apresentação de amostras dos produtos licitados;

e) suspensão da sessão pública até apreciação definitiva dos pedidos formulados.

É o relatório.

II – DA ANÁLISE TÉCNICA

2.1. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A impugnante questiona o prazo de 02 (duas) horas estabelecido para apresentação dos documentos de habilitação pela licitante provisoriamente vencedora.

Entretanto, a legislação vigente não estabelece prazo máximo para apresentação dos documentos após a fase de lances, competindo à Administração Pública definir prazo razoável e compatível com as peculiaridades do certame.

O prazo fixado no edital revela-se adequado, proporcional e compatível com a complexidade do procedimento licitatório, além de amplamente adotado por órgãos da Administração Pública em procedimentos similares.

Importa destacar que a medida busca assegurar a correta organização documental, a adequada análise da habilitação e a observância dos princípios da eficiência, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, o edital prevê a possibilidade de prorrogação do prazo mediante justificativa, circunstância que afasta qualquer alegação de restrição à competitividade.

Dessa forma, não se verifica qualquer ilegalidade ou afronta aos princípios licitatórios que justifique a alteração da cláusula impugnada.

2.2. DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A impugnante sustenta que os índices de Liquidez Corrente (ILC ≥ 1,50) e Endividamento Geral (EG ≤ 0,50) seriam excessivos e restritivos.

Todavia, os requisitos econômico-financeiros previstos no edital encontram respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, destinando-se à aferição da capacidade financeira mínima necessária para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.

Cumpre destacar que o objeto licitado possui vulto financeiro expressivo, com estimativa superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), envolvendo o fornecimento continuado de materiais destinados à rede municipal de ensino, circunstância que exige especial cautela quanto à capacidade econômico-financeira dos futuros contratados.

Os índices estabelecidos objetivam reduzir riscos de inadimplemento contratual, interrupção de fornecimento, descumprimento de obrigações e prejuízos à continuidade dos serviços educacionais.

Não se trata de exigência arbitrária ou dissociada do objeto, mas de mecanismo legítimo de mitigação de riscos administrativos, plenamente compatível com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Além disso, a impugnante não apresentou qualquer demonstração objetiva de que os índices adotados inviabilizam a participação de parcela significativa do mercado ou que sejam incompatíveis com a realidade do setor.

Assim, não se identificam fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de justificar a revisão dos índices estabelecidos.

2.3. DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR AOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

A impugnante requer a exclusão da exigência prevista no item 16.7.4.5 do edital, que determina a apresentação de cópia do contrato, notas fiscais ou documentos equivalentes que deem suporte ao atestado de capacidade técnica apresentado.

Entretanto, referida exigência possui finalidade legítima e compatível com os deveres de fiscalização e verificação atribuídos à Administração Pública.

O atestado de capacidade técnica constitui elemento essencial para demonstração da experiência anterior do licitante, porém a Administração possui o dever de verificar a autenticidade, veracidade e efetiva execução dos fornecimentos nele descritos.

A exigência não substitui o atestado nem cria requisito autônomo de habilitação, funcionando como mecanismo complementar destinado a conferir maior segurança à análise da qualificação técnica dos participantes.

A medida visa prevenir fraudes, assegurar a confiabilidade das informações prestadas e garantir a contratação de empresas efetivamente aptas à execução do objeto.

Dessa forma, a cláusula impugnada encontra-se em consonância com os princípios da eficiência, da moralidade administrativa, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa.

2.4. DA PRETENSÃO DE INCLUSÃO DE EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

A impugnante requer a inclusão obrigatória de apresentação de amostras dos produtos licitados.

Contudo, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a exigência de amostras constitui faculdade da Administração, e não obrigação legal.

A definição acerca da necessidade ou não de apresentação de amostras decorre do planejamento da contratação e da análise técnica realizada pela equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS - ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No caso concreto, a Administração avaliou as características do objeto licitado e entendeu não ser necessária a exigência prévia de amostras para a adequada seleção da proposta mais vantajosa.

A eventual imposição dessa exigência poderia, inclusive, aumentar custos administrativos, prolongar a duração do certame e comprometer a celeridade do procedimento, sem que houvesse benefício proporcional à Administração.

Portanto, a ausência de exigência de amostras não configura ilegalidade, tampouco compromete a regularidade do certame.

III – CONCLUSÃO

Diante das razões expostas, esta Secretaria Municipal de Educação conclui que os argumentos apresentados pela impugnante não demonstram qualquer ilegalidade, irregularidade ou restrição indevida à competitividade apta a justificar a alteração das disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2026.

Assim, esta área técnica manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO INTEGRAL** da impugnação apresentada pela empresa E I. T. I T E LTDA, recomendando a manutenção integral das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Encaminhe-se este memorando à CPL para a devida publicação da decisão, preservando-se a data marcada para a sessão pública.

Barreiras/BA, 08 de junho de 2026.

Jeferson Barbosa dos Santos
Secretário Municipal de Educação
Portaria nº 03, de 01/01/2025

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026, realizado por meio do processo administrativo nº 30665/2025, homologado em 24 de abril de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4641, de 24/04/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a realização de Procedimento Auxiliar de Registro de Preços para a aquisição de Insumos, Materiais e Equipamentos de Uso Odontológico - Parte I, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA, que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 e/ou no Termo de Referência.

EMPRESA: DENTAL UNIVERSO LTDA	
CNPJ: 26.395.502/0001-52	
ENDEREÇO: RUA ERÊ, Nº 34, SALA 303, BAIRRO PRADO, BELO HORIZONTE-MG. CEP: 30.411-052	
REPRESENTANTE LEGAL: REGIANE BORGES DOS SANTOS	
CPF: 034.281.936-44	RG: M-8.627.792 SSP/MG

LOTE 07 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	421227	**Ativação Dual. Componentes: Autocondicionante. Composição: Dois Componentes, Passo Único. Apresentação: Conjunto Completo. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** ADESIVO ODONTOLÓGICO UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, MONOCOMPONENTE E AUTOCONDICIONANTE, COMPATÍVEL COM AS TÉCNICAS ADESIVAS AUTOCONDICIONANTE, CONDICIONAMENTO SELETIVO E CONDICIONAMENTO TOTAL. DEVE CONTER MONÔMERO FUNCIONAL COMO 10-MDP (10-METACRILOXILDECIL DIHIDROGENOFOSFATO) OU EQUIVALENTE, QUE PROPORCIONE ADESÃO QUÍMICA ESTÁVEL A ESMALTE, DENTINA, CERÂMICA, ZIRCÔNIA,	UN	328	AMBARUNIVA PS	R$ 162,40	R$ 53.267,20

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

		METAIS E RESINAS COMPOSTAS. COMPATÍVEL COM MATERIAIS RESTAURADORES À BASE DE METACRILATO, INCLUINDO RESINAS COMPOSTAS E CIMENTOS RESINOSOS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA À UMIDADE, DESEMPENHO ESTÁVEL SOB BAIXA INTENSIDADE LUMINOSA E ESTABILIDADE QUÍMICA PROLONGADA APÓS ABERTURA DO FRASCO. O VOLUME MÍNIMO DO FRASCO DEVE SER 5 ML, COM TAMPA VEDANTE E DOSADOR TIPO GOTEJADOR. DEVE POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA E REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA. A EMBALAGEM DEVE SER ORIGINAL, LACRADA E CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E INSTRUÇÕES DE USO EM PORTUGUÊS.					
2	391582	**Condicionador Dental. Tipo: Ácido Fosfórico. Concentração: 37%. Aspecto Físico: Gel. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%: ATAQUE ÁCIDO EM GEL-SERINGA PARA ESMALTE E DENTINA; DESTINADO PARA CONDICIONAMENTO ÁCIDO DE DENTINA E/OU ESMALTE UTILIZADOS EM RESTAURAÇÕES, FIXAÇÃO, CIMENTAÇÃO E SELAMENTO; CORANTE AZUL; VISCOSIDADE ADEQUADA; ISENTO DE SÍLICA; SOLÚVEL EM AGUA, EMBALAGEM COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA E 3 PONTEIRAS. DEVENDO CONSTAR EXTERNAMENTE NA CAIXA MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA.REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 3 UNIDADES	**386**	MAQUIRA	R$ 2,87	R$ 1.107,82
3	410559	**Aplicador Odontológico. Tipo Haste: Dobrável. Tipo Uso: Descartável. Material: Plástico. Características Adicionais: Pontas Fibras Não Absorventes. Tipo Ponta: Regular. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** APLICADOR ODONTOLÓGICO (TIPO MICROBRUSH), TAMANHO: 2MM - REGULAR, HASTE FLEXÍVEL DOBRÁVEL, DESCARTÁVEL, PONTAS EM FIBRAS NÃO ABSORVENTES, ISENTA DE FIAPOS, MATERIAL: EM POLIPROPILENO E FIBRAS DE POLIAMIDA, EMBALAGEM: COM 100 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	**370**	BRUSH	R$ 6,09	R$ 2.253,30
4	406150	**Carbono Para Articular Uso Odontológico. Material: Em Papel. Formato: Formato De Fita. Cor: Dupla Face - 2 Cores. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Apresentação: Em Folha. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** PAPEL CARBONO OCLUSAL 100MICRA PARA REGISTRO DOS CONTATOS OCLUSAIS NOS PROCEDIMENTOS DE AJUSTE DE RESTAURAÇÕES, PEÇAS PROTÉTICAS E SUPERFÍCIES DENTAIS. CARACTERÍSTICAS: REGISTROS SIMULTÂNEOS DAS ARCADAS SUPERIOR E INFERIOR; PERMITE DUPLA CHECAGEM DA OCLUSÃO; RESISTENTE À TRAÇÃO E À UMIDADE; DUPLA FACE COM DUPLA COR (AZUL E VERMELHO). RECOBERTO POR FINA CAMADA DE PARAFINA. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	**291**	SUPERCARBON	R$ 3,60	R$ 1.047,60
5	438121	Disco - Uso Odontologia. Tipo: Lixa. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Face: Monoface. Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO, POLIETILENO TEREFTALATO, RESINA BORRACHA SINTÉTICA, CORANTE BASE ÁGUA. DISCO COM FURO PARA ENCAIXE EM MANDRIL COM PARAFUSO, COM GRANULAÇÕES SORTIDAS: GROSSA, MÉDIA, FINA E X-FINA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES SORTIDAS DE 16MM.	PCT COM 50 UNIDADES SORTIDAS	**350**	TDV	R$ 49,33	R$ 17.265,50
6	423570	Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Poliéster + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 170 MM. Largura: Cerca De 4 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO	CAIXA COM 150 TIRAS	**34**	MICRODONT	R$ 8,37	R$ 284,58

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS

Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

		COMPLEMENTAR: LIXA ABRASIVA DE POLIESTER 4MM 150X1. TIRAS DE LIXA EM POLIESTER, FLEXÍVEIS E AUTOCLAVÁVEIS, MEDINDO 4MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM COM 150 TIRAS. INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAIS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA.					
7	406283	**Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 4 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** LIXA ABRASIVA DE AÇO 4MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DE AÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	**158**	MICRODONT	R$ 17,02	R$ 2.689,16
8	406281	**Tira Abrasiva - Uso Odontológico. Material: Aço Inoxidável + Óxido De Alumínio. Tipo Centro: Centro Neutro. Comprimento: Cerca De 150 MM. Largura: 6 MM. Apresentação: Envelope C/ 12 Unidades Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** LIXA ABRASIVA DE AÇO 6MM 12X1. TIRAS DE AÇO ABRASIVAS COMPOSTAS DEAÇO INOXIDÁVEL E ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM 4MM DE LARGURA. INDICADA PARA REMOÇÃO DE EXCESSO DE AMÁLGAMA INTERPOSTO NAS AMEIAS. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PCT COM 12 UNIDADES	**70**	MICRODONT	R$ 11,81	R$ 826,70
9	338686	**Pasta Abrasiva. Tamanho Grão: 6 A 8 Microns. Aplicação: Polimento Final De Porcelana E Resina. Composição: Carbowax, Óxido Alumínio, Etileno Glicol, Corante. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** PASTA PARA POLIMENTO DE RESINA A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM GRANULAÇÃO EXTRA-FINA DE 6 A 8 MICRONS.APRESENTAÇÃO: SERINGA COM 4G. EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO REGISTRO NA ANVISA.	UN	**300**	DIAMOND R	R$ 29,17	R$ 8.751,00
10	406147	**Matriz Odontológica. Material: Poliéster. Tipo: Pré-Cortada. Formato: Fita. Apresentação: Envelope 50 Folhas De 10cm. Largura: 10 MM. Tipo Uso: Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** TIRAS DE POLIÉSTER CAIXA COM 50 UNIDADES. TAMANHO 100X10X0.05 MM. PARA RESTAURAÇÃO É NECESSÁRIO O USO DA TIRA DE POLIÉSTER, COM A FUNÇÃO DE CONFINAR SOB PRESSÃO, O MATERIAL RESTAURADOR NO INTERIOR DA CAVIDADE	CAIXA COM 50 UNIDADES	**101**	IODONTOSUL	R$ 2,57	R$ 259,57
11	404895	**Escova De Robson Uso Odontológico. Tipo Ponta: Taça. Uso: Contra-Ângulo. Cor: Preta. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICOTIPO PONTA PLANA, HASTE CONTRA-ÂNGULO, CERDAS MACIAS E ABRASIVAS DE MONOFILAMENTO DE NYLON 6.0 COM MEDIDA 018MM COR PRETA. REGISTRO NA ANVISA.	UN	**2000**	MICRODONT	R$ 1,35	R$ 2.700,00
12	453410	**Mandril Odontológico. Material: Latão. Modelo: Adaptador De Pontas De Alta Rotação. Compatibilidade: Para Contra Ângulo.**	UN	**70**	MICRODONT	R$ 18,50	R$ 1.295,00
13	417702	**Pasta Profilática. Composição Básica: Pedra Pomes. Composição: Lauril Sulfato De Sódio. Características Adicionais: Com Fluor. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:** PASTA PROFILÁTICA. COMPOSIÇÃO: PEDRA POMES, GLICERINA, LAURILSULFATO DE SÓDIO, FLÚOR, FLAVORIZANTE, EDUL CORANTE, CORANTE ALIMENTÍCIO, ESPESSANTE, CONSERVANTE E ÁGUA PURIFICADA. APRESENTAÇÃO: BISNAGA PLÁSTICA COM 90G. SABOR MORANGO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, EM CAIXAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO,	UN	**269**	PASTPRO	R$ 4,42	R$ 1.188,98

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

		RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.					
14	233497	Pedra - Pomes. Material: Rocha Magnética. Cor: Branca. Aspecto Físico: Pó. Aplicação: Limpeza Dental. Uso: Odontológico. Características Adicionais: Extrafino. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PEDRA POMES EXTRA FINA (QUARTZO 6230). APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100 GRAMAS.	FRASCO COM 100G	59	POMITEC	R$ 5,00	R$ 295,00
15	406293	Sugador. Material: Resina Abs/Polipropileno/Pvc. Tipo: Sangue. Apresentação: Embalagem Individual. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL - MATERIAL: TUBO PRINCIPAL: PVC, PONTEIRA: POLIPROPILENO E PIGMENTO; EMBALAGEM ESTERILIZADA INDIVIDUALMENTE (ÓXIDO DE ETILENO); PONTA FINA, ADAPTA-SE NAS CAVIDADES; PERFEITO ENCAIXE NA MANGUEIRA; SAÍDA DE AR PARA SUCÇÃO CONSTANTE; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM CAIXA COM 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 20 UNIDADES	59	MAQUIRA	R$ 16,48	R$ 972,32
16	406292	Sugador. Material: Pvc. Tipo: Saliva. Características Adicionais: C/ Arame. Apresentação: Pacote C/ 40 Unidades. Tipo Uso: Estéril, Descartável. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL INDICADO PARA SUCÇÃO DE SALIVA E OUTROS LÍQUIDOS DA CAVIDADE BUCAL EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL: PVC ATÓXICO; DIÂMETRO: 7MM; COMPRIMENTO: 107 A 113MM; PONTEIRA EXTRA MACIA, COLORIDA EM PVC, VAZADA E AROMATIZADA . TUBO: COR TRASPARENTE COM FIO DE AÇO. NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM CONTENDO 40 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.	PCT COM 40 UNIDADES	1394	MAXCLEAN	R$ 6,98	R$ 9.730,12
17	246952	Lubrificante Odontológico. Composição Básica: Óleo Mineral. Apresentação: Spray Com Adaptador. Aplicação: Caneta De Alta E Baixa Rotação. Características Adicionais: Sem Cfc. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 100ML. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL NÃO TÓXICO, DE BAIXA VISCOSIDADE E COM ELEVADO GRAU DE PUREZA, PREVININDO OXIDAÇÕES E LUBRIFICANDO AS PARTES MÓVEIS DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 200ML	FRASCO COM 200ML	218	IODONTOSUL	R$ 20,99	R$ 4.575,82
18	428166	Verniz Dentário. Composição: C/ Fluoreto De Sódio. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FLUORETADO. INDICADO PARA A FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO, PROFILAXIA DE CÁRIE E COMO TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS EM CASOS DE LESÕES DE MANCHA BRANCA EM CRIANÇAS E ADULTOS FAVORECENDO O PROCESSO DE REMINERALIZAÇÃO. VERNIZ COM 5% DE FLUORETOS DE SÓDIO E DE CÁLCIO, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO COLOFÔNIA, BÁLSAMO DE TOLÚ E CERA DE ABELHA ESTÉTICO; SECAGEM RÁPIDA; FÁCIL APLICAÇÃO; TEMPO DE LIBERAÇÃO DO FLÚOR É MAIOR. EMBALAGEM COM 1 FRASCO COM 10ML DE VERNIZ E 1 FRASCO COM 10ML DE SOLVENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	56	FLUORNIZ	R$ 66,52	R$ 3.725,12
19	605371	Verniz Dentário. Tipo: Cavitário. Composição: Nitrocelulose. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES. INDICAÇÃO: FORRAÇÕES DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, SOB AS RESTAURAÇÕES A SILICATO. COMPOSIÇÃO: NITROCELULOSE 8G%.FRASCO 15ML. (TIPO CAVITINE). VALIDADE MÍNIMA DE 75% DO TOTAL DA VALIDADE NA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	KIT	110	CAVITINE	R$ 24,48	R$ 2.692,80
20	417242	Hemostático Absorvível. Material: Esponja De Gelatina Liofilizada. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Em Cubo, 1 Cm. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: ESPONJA HEMOSTÁTICA PRODUZIDA COM 100%	CAIXA COM 10 UNIDADES	200	HEMOSPON	R$ 32,07	R$ 6.414,00

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

		DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO. PERMITE BOA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. ABSORÇÃO DE 40-50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL. REABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM 15 DIAS. MATERIAL ATÓXICO E NÃO PIROGÊNICO. ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. DEVE PROPORCIONAR PROTEÇÃO DO LEITO DA FERIDA CIRÚRGICA. MATERIAL LEVE COM PESO APROXIMADO DE 10MG. DIMENSÕES: 1X1 CM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA.					
21	422554	Hemostático Tópico. Princípio Ativo: Cloreto De Alumínio. Aspecto Físico: Líquido. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA CONTENÇÃO DE SANGRAMENTO À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO A 25%, SULFATO DE HIDROXIQUINOLEÍNA E ÁLCOOL ETÍLICO. LÍQUIDO INCOLOR. PRODUTO ATÓXICO. NÃO CONTÉM EPINEFRINA. EMBALAGEM: FRASCO COM 10 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 10ML	70	HEMOPARE	R$ 23,28	R$ 1.629,60
VALOR TOTAL: (Cento e vinte e dois mil e novecentos e setenta e um reais e dezenove centavos)							**R$ 122.971,19**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.
Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.
Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.
Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.
Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.
Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.
Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.
Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.
Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.
Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.
Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.
Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.

iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado, ainda que a presente aquisição seja realizada exclusivamente por meio de **Ata de Registro de Preços,** sem formalização de contratos decorrentes;
Parágrafo Segundo - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
Parágrafo Terceiro - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
Parágrafo Quarto - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
Parágrafo Quinto - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
Parágrafo Sexto - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
Parágrafo Sétimo - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
Parágrafo Oitavo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.
Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.
Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
a) pelo decurso do prazo de vigência;
b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº** 006/2026 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 14:50:42 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

REGIANE BORGES DOS SANTOS:03428193644

DENTAL UNIVERSO LTDA
Representado pela Sra,: **REGIANE BORGES DOS SANTOS**, CPF nº **034.281.936-44.**

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: 992738911S

Nome: _____
CPF: 725.033.231-72

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos – Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

EMPRESA: A.L.B DE OLIVEIRA EPP							
CNPJ: 07.785.176/0001-45							
ENDEREÇO: Praça Teodoro Sampaio, n°69, Centro, Irecê – BA, CEP: 44.860-135							
REPRESENTANTE LEGAL: Ana Lúcia Bento de Oliveira							
CPF: 960*****587		**RG**: 068****898 SSP/BA					
LOTE 38 - TUBOS DE SILICONE E GARROTES							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Tubo de silicone transparente 6,00 x 12,00 mm. Referência: **Nº 204.** Pacote com 15 metros. Esterilidade: Autoclavável. Apresentar registro na ANVISA.	459110	PACOTE	36	MEDICONE	R$ 157,08	R$ 5.654,88

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

2	Tubo latex tipo garrote, de uso hospitalar, reutilizável. Não estéril. Pacotes com no mínimo 15 metros.	445573	PACOTE	192	ADVANCED	R$ 45,42	R$ 8.720,64
VALOR TOTAL : quatorze mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos							**R$ 14.375,52**

LOTE 39 - DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Ortoftalaldeído 0,55, solução para desinfecção de alto nível de instrumentos médicos, pronto para uso .Galão de 5 litros. Apresentar registro na ANVISA.	384202	GALÃO	36	RIOQUIMICA	R$ 453,83	R$ 16.337,88
VALOR TOTAL : dezesseis mil e trezentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos							**R$ 16.337,88**
VALOR GLOBAL: (trinta mil setecentos e treze reais e quarenta centavos)							**R$ 30.713,40**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;
b) a descrição do produto;
c) o local, hora e prazo do fornecimento;
d) o valor da requisição;
e) as condições de pagamento;
f) as penalidades;
g) a garantia contratual.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.

iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;
b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO
Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: CHIR, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 10:58:43-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:21:00 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

Ana Lucia Bento de Oliveira

A.L.B DE OLIVEIRA EPP
Representada pela Srª Ana Lúcia Bento de Oliveira, CPF nº 960*****587

Testemunhas:

Nome: VAC
CPF: 99271389115

Nome: Jbarbosa
CPF: 725153231 72

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos - Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

EMPRESA: ATIVIDADE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
CNPJ: 33.772.464/0001-75							
ENDEREÇO: RUA 7, Qd. 53-A, Lt. 08, Vila Brasilia, Aparecida de Goiânia-GO , CEP: 74911-060.							
REPRESENTANTE LEGAL: CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA							
CPF: 394.***.***-25			**RG**: 16***72 SSP/GO				
LOTE 03 - MATERIAL DE OXIGENIOTERAPIA							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Material Gasoterapia. Modelo: Umidificador. Saída: P/ Oxigênio. Tipo Frasco: Frasco Plástico Graduado, C/ Tampa. Volume: Cerca De 250 ML. Característica Adicional: Conector Metal C/Rosca.	435413	Unidade	**120**	UNITEC	R$ 14,58	R$ 1.749,60

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Esterilidade*: Esterilizável. Apresentar registro na ANVISA.						
VALOR DO LOTE 03 : (mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)							**R$ 1.749,60**

LOTE 04 - CÂNULA OROFARÍNGEA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 00. Apresentar registro na ANVISA.	450961	Unidade	**12**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 24,00
2	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 0. Apresentar registro na ANVISA.	450962	Unidade	**12**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 24,00
3	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 01. Apresentar registro na ANVISA.	450963	Unidade	**12**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 24,00
4	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 02. Apresentar registro na ANVISA.	450964	Unidade	**24**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 48,00
5	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 03. Apresentar registro na ANVISA.	450965	Unidade	**24**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 48,00
6	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 04. Apresentar registro na ANVISA.	450966	Unidade	**24**	DESCARPACK	R$ 2,00	R$ 48,00
7	Cânula Orofaríngea Guedel. Material: Polímero. Tamanho Nº 05. Apresentar registro na ANVISA.	450967	Unidade	**24**	DESCARPACK	R$ 1,90	R$ 45,60
VALOR DO LOTE 04 : (duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)							**R$ 261,60**

LOTE 05 - CATETER PARA ANESTESIA EPIDURAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cateter Para Anestesia Epidural Contínua. Material: Polímero Radiopaco. Calibre: Cerca de 16 G. Esterilidade: Estéril. Uso Único. Com cerca de 900 mm de comprimento, marcas de 50 a 150 mm x 10 m em 200 mm a partir da ponta. Cateter epidural graduado, um conector de cateter epidural luer lock, uma guia para o cateter e o rótulo para identificação do cateter. Ótima nitidez, força e resistência da torção. Ponta lisa para minimizar o trauma durante a inserção. Apresentar registro na ANVISA.	455931	Unidade	**240**	PORTEX	R$ 50,30	R$ 12.072,00
2	Cateter Para Anestesia Epidural Contínua. Material: Polímero Radiopaco. Calibre: Cerca de 18 G. Esterilidade: Estéril, Uso Único. Uso	455932	Unidade	**240**	PORTEX	R$ 37,17	R$ 8.920,80

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Único. Com cerca de 900 mm de comprimento, marcas de 50 a 150 mm x 10 m em 200 mm a partir da ponta. Cateter epidural graduado, um conector de cateter epidural luer lock, uma guia para o cateter e o rótulo para identificação do cateter. Ótima nitidez, força e resistência da torção. Ponta lisa para minimizar o trauma durante a inserção. Apresentar registro na ANVISA.						
VALOR DO LOTE 05 : (vinte mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)							**R$ 20.992,80**

LOTE 06 - CATETER UMBILICAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cateter Umbilical. Aplicação: Venoso / Arterial Tipo Implante: Matéria Prima: Poliuretano. Radiopaco. Diâmetro: 3.0 Fr. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: Cerca 40 CM. Conector: Conectores Padrão, Clamp e tampa.Tipo de uso: Estéril, descartável. Embalagem individual. Apresentar registro na ANVISA.	448700	Unidade	12	POLYMED	R$ 11,00	R$ 132,00
2	Cateter Umbilical. Aplicação: Venoso / Arterial Tipo Implante: Matéria Prima: Poliuretano. Radiopaco. Diâmetro: 3,5 Fr. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: Cerca 40 CM. Conector: Conectores Padrão, Clamp e tampa.Tipo de uso: Estéril, descartável. Embalagem individual. Apresentar registro na ANVISA.	448700	Unidade	12	VITALGOLD	R$ 8,83	R$ 105,96
3	Cateter Umbilical. Aplicação: Venoso / Arterial Tipo Implante: Matéria Prima: Poliuretano. Radiopaco. Diâmetro: 4.0 Fr. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: Cerca 40 CM. Conector: Conectores Padrão, Clamp e tampa.Tipo de uso: Estéril, descartável. Embalagem individual. Apresentar registro na ANVISA.	437840	Unidade	12	VITALGOLD	R$ 8,83	R$ 105,96
4	Cateter Umbilical. Aplicação: Venoso / ArterialTipo Implante: Matéria Prima: Poliuretano. Radiopaco. Diâmetro: 5.0 Fr. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: Cerca 40 CM. Conector: Conectores Padrão, Clamp e tampa.Tipo de uso: Estéril, descartável. Embalagem individual. Apresentar registro na ANVISA.	437841	Unidade	12	VITALGOLD	R$ 8,83	R$ 105,96
VALOR DO LOTE 06 : (quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)							**R$ 449,88**

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

LOTE 07 - CONJUNTO ANESTESIA BARAKA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Conjunto Anestesia Baraka. Componentes : Máscara Plástico Rígido com coxim silicone., com conectores, traqueia silicone, balão látex natural. Volume: cerca de 0,5 L. Tamanho: Infantil. Apresentar registro na ANVISA.	456091	Unidade	14	VENTCARE	R$ 105,50	R$ 1.477,00
2	Conjunto Anestesia Baraka. Componentes : Máscara Plástico Rígido com coxim silicone., com conectores, traqueia silicone, balão látex natural. Volume: cerca de 1 L. Tamanho: Infantil. Apresentar registro na ANVISA.	456089	Unidade	14	VENTCARE	R$ 128,00	R$ 1.792,00
3	Conjunto Anestesia Baraka. Componentes : Máscara Plástico Rígido com coxim silicone., com conectores, traqueia silicone, balão látex natural. Volume: cerca de 2 L. Tamanho: Infantil. Apresentar registro na ANVISA.	456088	Unidade	14	VENTCARE	R$ 135,00	R$ 1.890,00
4	Conjunto Anestesia Baraka. Componentes : Máscara Plástico Rígido com coxim silicone., com conectores, traqueia silicone, balão látex natural. Volume: cerca de 3L. Tamanho: adulto. Apresentar registro na ANVISA.	456092	Unidade	14	VENTCARE	R$ 140,00	R$ 1.960,00
5	Conjunto Anestesia Baraka. Componentes : Máscara Plástico Rígido com coxim silicone., com conectores, traqueia silicone, balão látex natural. Volume: cerca de 5 L. Tamanho: adulto. Apresentar registro na ANVISA.	456093	Unidade	14	VENTCARE	R$ 170,00	R$ 2.380,00
VALOR DO LOTE 07 : (nove mil quatrocentos e noventa e nove reais)							**R$ 9.499,00**

LOTE 08 - TELA CIRURGICA MARLEX							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Tela Cirúrgica. Modelo: Implantável. Material: Polipropileno + Poliglecaprone. Aplicação: Parcialmente Absorvível. Dimensões: Cerca De 30 X 30 CM. Esterilidade: Estéril. Tipo Uso: Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	438705	Unidade	280	INTRACORP 30,5 x 30,5	R$ 70,00	R$ 19.600,00
2	Tela Cirúrgica. Modelo: Implantável. Material: Polipropileno + Poliglecaprone. Aplicação: Parcialmente Absorvível. Dimensões:	438704	Unidade	280	INTRACORP 15 x 15	R$ 37,14	R$ 10.399,20

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125
Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Cerca De 15 X 15 CM. Esterilidade: Estéril. Tipo Uso: Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.						
VALOR DO LOTE 08 : (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)							**R$ 29.999,20**

LOTE 09 - LÂMINA DE BISTURI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº10 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	445299	Caixa	**30**	MEDIX	R$ 42,63	R$ 1.278,90
2	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº11 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	445299	Caixa	**75**	MEDIX	R$ 32,78	R$ 2.458,50
3	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº12 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	361076	Caixa	**30**	MEDIX	R$ 33,36	R$ 1.000,80
4	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº15 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	366903	Caixa	**150**	MEDIX	R$ 32,39	R$ 4.858,50
5	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº20 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	361077	Caixa	**60**	MEDIX	R$ 41,05	R$ 2.463,00
6	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº21 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	299242	Caixa	**60**	MEDIX	R$ 32,57	R$ 1.954,20
7	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº22 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100	242918	Caixa	**60**	MEDIX	R$ 31,30	R$ 1.878,00

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:394 54380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:394543801250125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

	unidades. Apresentar registro na ANVISA.						
8	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº23 . Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	361078	Caixa	**60**	MEDIX	R$ 41,29	R$ 2.477,40
9	Lâmina Bisturi. Material: Aço Inoxidável. Tamanho: Nº 24. Tipo: Descartável. Esterilidade: Estéril. Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades. Apresentar registro na ANVISA.	366902	Caixa	**75**	MEDIX	R$ 48,47	R$ 3.635,25
VALOR DO LOTE 09 : (vinte e dois mil e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)							**R$ 22.004,55**

LOTE 10 - MATERIAL PARA DRENAGEM DE TÓRAX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Sistema Coletor Para Dreno De Tórax. Tipo: Selo D'Água. Modelo Recipiente: Frasco Rígido, Graduado. Material: Polímero Transparente. Volume: Cerca De 2000 ML. Vedação: Tampa Rosqueável 3 Vias. Extensor: Extensor C/ Clamp, Conector P/ Dreno. Componentes: Alça De Transporte / Fixação. Esterilidade: Estéril, Uso Único Apresentar registro na ANVISA.	619331	Unidade	**448**	MEDSHARP	R$ 30,74	R$ 13.771,52
2	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 10 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438473	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
3	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 12 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438474	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
4	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 14 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438461	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
5	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 16 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM.	438467	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

	Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.						
6	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 18 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438463	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
7	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 20 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438475	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
8	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 22 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438464	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,50	R$ 126,00
9	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 24 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438466	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,49	R$ 125,72
10	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 26 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438470	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,76	R$ 133,28
11	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 28 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438471	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 4,76	R$ 133,28
12	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 30 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438477	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 5,81	R$ 162,68
13	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 32 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso:	438478	Unidade	28	MEDSHARP	R$ 5,81	R$ 162,68

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125
Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.						
14	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 34 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438472	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 5,81	R$ 162,68
15	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 36 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438468	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 5,95	R$ 166,60
16	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 38 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438571	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 5,95	R$ 166,60
17	Dreno Cirúrgico. Modelo: Torácico. Material: PVC. Calibre: 40 FRENCH. Comprimento: Cerca De 50 CM. Componente: Radiopaco. Tipo Uso: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438476	Unidade	**28**	MEDSHARP	R$ 5,64	R$ 157,92
VALOR DO LOTE 10 : (dezesseis mil e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos)							**R$ 16.024,96**

LOTE 15 - SACOS DE ÓBITO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cobre Corpo. Material: Polietileno Baixa Densidade. Comprimento: 1,00 M. Largura: 0,50 M. Características Adicionais: Zíper Central em toda extensão, Puxador/ Etiqueta De Identificação. Cor: Cinza. Não Transparente. Embalagem que garanta a integridade do produto.	432208	Unidade	**120**	JUREMA P	R$ 10,09	R$ 1.210,80
2	Cobre Corpo. Material: Polietileno Baixa Densidade. Comprimento: 1,50 M. Largura: 0,60 M. Características Adicionais: Zíper Central em toda extensão, Puxador/ Etiqueta De Identificação. Cor: Cinza. Não Transparente. Embalagem que garanta a integridade do produto.	432208	Unidade	**120**	JUREMA M	R$ 11,04	R$ 1.324,80
3	Cobre Corpo. Material: Polietileno Baixa Densidade. Comprimento: 2,20 M. Largura: 1,10 M. Características	325558	Unidade	**180**	JUREMA GG	R$ 13,42	R$ 2.415,60

Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:394 54380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Adicionais: Zíper Central em toda extensão, Puxador/ Etiqueta De Identificação. Cor: Cinza. Não Transparente. Embalagem que garanta a integridade do produto.						
4	Cobre Corpo. Material: Polipropileno. Comprimento: 0,60 M. Largura: 0,30 M. Características Adicionais: Neonatal Com Zíper Em Toda Extensão. Embalagem que garanta a integridade do produto.	315846	Unidade	60	JUREMA RN	R$ 5,53	R$ 331,80
VALOR DO LOTE 15 : (cinco mil duzentos e oitenta e três reais)							**R$ 5.283,00**

LOTE 16 -CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 3,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Com Fita Para Fixação. Conector Universal. Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	615901	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 13,93	R$ 501,48
2	Cânula De Traqueostomia. Material: Pvc. Tipo: Radiopaco. Modelo: Longa. Diâmetro: 3,5 MM. Acessórios: Mandril Com Guia E Obturador. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa. Pressão. Esterelidade: Estéril. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	433157	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 15,06	R$ 542,16
3	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 4,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Com Fita Para Fixação. Conector Universal. Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	427908	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 15,91	R$ 572,76
4	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 4,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Com Fita Para Fixação. Conector Universal. Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	617764	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 16,96	R$ 610,56

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

5	Cânula De Traqueostomia. Material: Polímero. Modelo: Curta. Diâmetro: 5 MM. Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada. Acessórios: Mandril Com Guia. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Outros Componentes: Com Dispositivo De Fonação. Esterelidade: Estéril. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	423632	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 15,56	R$ 560,16
6	Cânula De Traqueostomia. Material: Polímero. Tipo: Radiopaco. Modelo: Longa. Diâmetro: 5,5 MM. Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada. Acessórios: Mandril Com Guia E Obturador. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	423627	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 17,39	R$ 626,04
7	Cânula De Traqueostomia. Material: Pvc. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 6,0 MM. Características Adicionais: C/ Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: C/ Fita P/ Fixação. Acessórios 02: Conector Universal. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	615900	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 16,05	R$ 577,80
8	Cânula De Traqueostomia. Material: Polímero. Tipo: Radiopaco. Modelo: Longa. Diâmetro: 6,5 MM. Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada. Acessórios: Mandril Com Guia E Obturador. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	423629	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 16,65	R$ 599,40
9	Cânula De Traqueostomia. Material: Polímero. Modelo: Curta. Diâmetro: 7 MM. Características Adicionais*: Superfície Lisa Ponta Arredondada. Acessórios: Mandril Com Guia. Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Outros Componentes: Com Dispositivo De Fonação. Esterelidade: Estéril. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438092	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 18,48	R$ 665,28
10	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 7,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação	427875	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 13,11	R$ 471,96

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

	Lateral Flexível. Acessórios: Com Fita Para Fixação. Conector Universal. Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.						
11	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Radiopaco. Diâmetro: Cerca De 8,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Com Fita Para Fixação. Conector Universal. Balão De Alto Volume E Baixa Pressão. Esterelidade: Estéril, Descartável. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	438090	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 15,05	R$ 541,80
12	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 3,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428137	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 13,53	R$ 487,08
13	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 3,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428138	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 14,07	R$ 506,52
14	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 4,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428135	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 14,50	R$ 522,00
15	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 4,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428139	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 14,50	R$ 522,00
16	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 5,0 MM. Características	428136	Unidade	36	VITALGOLD	R$ 13,71	R$ 493,56

Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:394 54380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.						
17	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 5,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428140	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 12,25	R$ 441,00
18	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 6,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	451593	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 13,22	R$ 475,92
19	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 6,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428729	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 12,22	R$ 439,92
20	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 7,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	615302	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 11,41	R$ 410,76
21	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca De 7,5 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	428731	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 12,19	R$ 438,84
22	Cânula De Traqueostomia. Material: PVC. Tipo: Sem Balão. Diâmetro: Cerca	428728	Unidade	**36**	VITALGOLD	R$ 13,25	R$ 477,00

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

	De 8,0 MM. Características Adicionais: Com Asa De Fixação Lateral Flexível. Acessórios: Kit C/ 2 Cânulas Internas. Tampa E Válvula De Fonação. Conector para O2, Fita De Fixação Com Velcro. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.						
VALOR DO LOTE 16 : (onze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)							**R$ 11.484,00**

LOTE 18 - ANTISSÉPTICO BUCAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Antisséptico bucal Clorexidina Digluconato. Concentração: 0,12%.Forma Farmacêutica: Colutório. Frasco com 1.000 ml. Apresentar registro na ANVISA	341174	Frasco	**168**	RIOHEX GARD	R$ 23,21	R$ 3.899,28
VALOR DO LOTE 18 : (três mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)							**R$ 3.899,28**

LOTE 20 - ESPAÇADOR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Espaçador Uso Médico. Aplicação: Inalação De Broncodilatador. Tipo: Encaixe Universal, Bocal Com Válvula Unidirecional. Características Adicionais: Reservatório Rígido Translúcido. Modelo: Máscara Polímero, Tamanho Adulto. Apresentar registro na ANVISA.	473659	Unidade	**276**	G-TECH	R$ 27,13	R$ 7.487,88
2	Espaçador Uso Médico. Aplicação: Inalação De Broncodilatador. Tipo: Encaixe Universal, Bocal Com Válvula Unidirecional. Características Adicionais: Reservatório Rígido Translúcido. Modelo: Máscara Polímero, Tamanho Pediátrico. Apresentar registro na ANVISA.	362097	Unidade	276	G-TECH	R$ 24,89	R$ 6.869,64
VALOR DO LOTE 20 : (quatorze mil trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)							**R$ 14.357,52**

LOTE 29 - TORNIQUETE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Sistema Para Compressão Tipo: Torniquete Não Pneumático. Aplicação: Tático, P/ Atendimento Pré Hospitalar. Modelo: Cinta Em Nylon, C/ Cor. Tipo Fecho: Auto Ajustável C/ Velcro, Fivela E Barra Pressão. Tipo Uso: Reutilizável. Apresentar registro na ANVISA.	485515	Unidade	**24**	HOSPICENTER	R$ 183,59	R$ 4.406,16

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39543801250 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

VALOR DO LOTE 29 : (quatro mil quatrocentos e seis reais e dezesseis centavos)	**R$ 4.406,16**

LOTE 30 - BLOCO DE PAPEL PARA CARDIOTOPÓGRAFO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Bloco de papel termosensível compatível com cardiotocógrafo Comen Star 5.000. Planilha quadriculada. Dimensões: 112 mm x 100 mm – 150 folhas.	454804	Bloco	**60**	TECNOPRINT	R$ 27,86	R$ 1.671,60
VALOR DO LOTE 30 : (mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos)							**R$ 1.671,60**

LOTE 34 - CLAMP UMBILICAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Clamp Prendedor Umbilical. Componentes: Plástico. Embalagem: Embalagem Individual. Esterilidade: Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	447065	Unidade	**6.300**	WILTEX	R$ 0,47	R$ 2.961,00
VALOR DO LOTE 34 : (dois mil novecentos e sessenta e um reais)							**R$ 2.961,00**

LOTE 37 - FIXADOR DE TRAQUEOSTOMIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Fixador P/ Cânula Traqueostomia. Material: Tira Tecido Sintético E Algodão. Característica: Acolchoada. Componente: C/ Velcro AjustáveL. Tamanho: Adulto. Tipo Uso: Uso Único. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	481530	Unidade	**360**	FRADEL	R$ 5,62	R$ 2.023,20
2	Fixador P/ Cânula Traqueostomia. Material: Tira Tecido Sintético E Algodão. Característica: Acolchoada. Componente: C/ Velcro AjustáveL. Tamanho: Pediátrico. Tipo Uso: Uso Único. Embalagem: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	481531	Unidade	**240**	FRADEL	R$ 5,62	R$ 1.348,80
VALOR DO LOTE 37 : (três mil trezentos e setenta e dois reais)							**R$ 3.372,00**

LOTE 40 - FIO CIRÚRGICO ABSORVÍVEL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Fio absorvível, sintético em poliglactina 2.0, para sutura cirúrgica sintética, absorvível, esterilizado em oxido de etileno, com agulha 4 cm, ½	487132	Caixa	**240**	SHALON (poliglactina 2-0 C/AGMR)	R$ 312,48	R$ 74.995,20

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380123 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380123

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

	círculo 70cm. Caixa com 36 Unidades. Similar as marcas Ethicon e Bioline. Apresentar Registro na Anvisa/MS.						
VALOR DO LOTE 40 : (setenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)							**R$ 74.995,20**

LOTE 41 - ASPIRADOR MANUAL INTRAUTERINO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Aspirador Manual. Modelo: Intrauterino. Tipo: Seringa. Componente: Válvula Dupla. Volume: Cerca De 60 Ml. Esterilidade: Esterilizável. Deverá conter: 01 seringa de aspiração manual com capacidade mínima de 60 ml, confeccionada em material transparente, atóxico e resistente à pressão negativa; seringa com válvula de travamento para manutenção do vácuo constante durante o procedimento; cânulas flexíveis, transparentes, descartáveis, com extremidade arredondada e orifícios laterais, numeradas de 4 a 12 mm, identificadas por cores conforme padrão internacional; cânulas com graduação em centímetros para controle de profundidade.Produto deve possuir registro válido na ANVISA	459178	Unidade	**60**	KOLPLAST AMIU + CANULAS	R$ 563,89	R$ 33.833,40
VALOR DO LOTE 41 : (trinta e três mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta centavos)							**R$ 33.833,40**

LOTE 42 - EXTRATOR OBSTÉTRICO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Instrumental Cirúrgico. Modelo: Vácuo Extrator Obstétrico. Componente 1: Cúpula Fetal C/ Haste. Componente 2: Bomba Vácuo C/ Manômetro. Aplicação: P/ Parto. Material: Polímero. Esterilidade: Estéril, Uso Único. Deverá conter: copo flexível, de silicone, com design ergonômico e baixo perfil, que permite posicionamento preciso mesmo em apresentações difíceis; cabo com bomba integrada de vácuo; vácuo máximo: até -600 mmHg; escala de pressão: visível no corpo do equipamento para controle seguro; tubo conector integrado ao copo para sucção. Produto deve possuir registro válido na ANVISA.	617275	Unidade	**120**	KIWI	R$ 515,44	R$ 61.852,80

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125
Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

VALOR DO LOTE 42 : (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)	**R$ 61.852,80**
VALOR TOTAL: (trezentos e dezenove mil e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos)	**R$ 319.097,55**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133,

Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39543380125 Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39543380125

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125
Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO
Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº** 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:23:21 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125
Assinado de forma digital por CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA:39454380125

ATIVIDADE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Representado pela Sra,: **CLAUDENIR VIEIRA DE SOUSA**, CPF nº **394.***.***-25.**

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos - Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

.

EMPRESA: COMERCIAL ÚTIL LTDA							
CNPJ: 11.433.585/0001-50							
ENDEREÇO: RUA ALECRIM, N° 68, UNIDADE 01 LOTE 01 E 02, SERRA DO MIMO, BARREIRAS/BA, CEP: 47.802-584.							
REPRESENTANTE LEGAL: MARIA VIRGINIA ZANON							
CPF: 723.*.***-00**			**RG: 16.***.***-81 SSP/BA**				
LOTE 11 - TUBO ENDOTRAQUEAL							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 2,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451245	Unidade	**24**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 93,84

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

2	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 2,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451232	Unidade	**24**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 93,84
3	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 3,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451230	Unidade	**24**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 93,84
4	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 3,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451236	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 469,20
5	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 4,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451237	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 469,20
6	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 4,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451231	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 469,20
7	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 5,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451235	Unidade	**240**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 938,40
8	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 5,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451241	Unidade	**144**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 563,04

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

9	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 6,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451242	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60
10	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 6,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451246	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60
11	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 7,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451255	Unidade	**360**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 1.407,60
12	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 7,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451386	Unidade	**456**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 1.782,96
13	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 8,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451396	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60
14	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 8,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451390	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60
15	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 9,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451389	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

16	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 9,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Balão alto volume e baixa pressão. Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451234	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,91	R$ 234,60
17	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 2,0 . Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451204	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
18	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 2,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451435	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 199,20
19	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 3,0 . Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451434	Unidade	**48**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 159,36
20	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 3,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451436	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
21	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 4,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451198	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
22	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 4,5 . Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451192	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
23	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 5,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451196	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

24	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 5,5 . Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451202	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
25	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 6,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451203	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
26	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 6,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451205	Unidade	**180**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 597,60
27	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 7,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451201	Unidade	**180**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 597,60
28	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 7,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451194	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40
29	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 8,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451206	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 199,20
30	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 8,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451200	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 199,20
31	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 9,0. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451199	Unidade	**120**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 398,40

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

32	Tubo Endotraqueal. Material: PVC. Modelo: em Curva Magill. Calibre: 9,5. Tipo: ponta distal atraumática e orifício Murphy. Componentes: Radiopaco. Graduado. Conector padrão. Estéril, Uso Único. Apresentar registro na ANVISA.	451195	Unidade	**60**	SOLIDOR	R$ 3,32	R$ 199,20
VALOR TOTAL DO LOTE 11 : (treze mil e quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos)							R$ 13.525,68

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº** 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
DN: C=BR, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553, OU=AC Syngular(R) Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 11:03:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:23:53 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

MARIA VIRGINIA ZANON:72358505900
Assinado de forma digital por MARIA VIRGINIA ZANON:72358505900
Dados: 2026.06.09 09:09:30 -03'00'

COMERCIAL ÚTIL LTDA
Representado pela Sra,: **MARIA VIRGINIA ZANON**, CPF nº **723.***.***-00.**

Testemunhas:

Nome: MC
CPF: 99271389115

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Nome:
CPF: 72510323172

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09 /06 /2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos – Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

EMPRESA: **MARCOS ALEXANDRE HIROSHI KUSSUMATO – MEYTECH**							
CNPJ: 52.023.056/0001-65							
ENDEREÇO: Rua Santiago Urenha, n°275, Serrana - SP, CEP: 14150-000							
REPRESENTANTE LEGAL: Marcos Alexandre Hiroshi Kussumato							
CPF: 452*****8-82		**RG**: 503****663					
LOTE 14 - REPELENTE							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Repelente. Princípio Ativo: À Base de Icaridina. Concentração: Até 25. Forma Farmacêutica: Spray. Frasco com 100ml. Apresentar registro na ANVISA.	405890	Frasco	10.464	Action Gold Pharma 105ml	R$ 9,05	R$ 94.699,20
VALOR TOTAL : noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos							**R$ 94.699,20**

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;
b) a descrição do produto;
c) o local, hora e prazo do fornecimento;
d) o valor da requisição;
e) as condições de pagamento;
f) as penalidades;
g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;
b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:22:47 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

MEYTECH LTDA:52023056000165
Assinado de forma digital por MEYTECH LTDA:52023056000165

MARCOS ALEXANDRE HIROSHI KUSSUMATO – MEYTECH
Representada pela Sr. Marcos Alexandre Hiroshi Kussumato, CPF nº 452*****882

Testemunhas:

Nome: [illegible]
CPF: 992713891115

Nome: [illegible]
CPF: 725723231172

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos - Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

.

EMPRESA: MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA							
CNPJ: 45.053.942/0001-76							
ENDEREÇO: RUA ADELIO PINTO DA SILVA, Nº 334, BAIRRO NOVO HORIZONTE, PATOS DE MINAS – MG. CEP: 38703-578							
REPRESENTANTE LEGAL: MATHEUS LOPES PORTO							
CPF: 126.***.***-86		**RG**: 18.***.134 SSP MG					
LOTE 02 - PERFURADOR DE MEMBRANA AMNIÓTICA							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Perfurador de membrana aminiótica. Material: Plástico. Comprimento: Cerca De 25 CM. Embalagem: Embalagem Individual. Estéril, Descartável. Apresentar registro na ANVISA.	436810	Unidade	2.229	MEDSONDA	R$ 1,57	R$ 3.499,53
VALOR TOTAL DO LOTE: (três mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos)							**R$ 3.499,53**
LOTE 24 - MANTAS TÉRMICAS							

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

1	Manta Térmica para Paciente. Tipo De Aquecimento: Isolante Térmico. Material: Película De Polímero Aluminizado. Tamanho: Adulto. Aplicação: P/ Corpo Inteiro. Esterilidade: Uso Único Apresentação: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	613767	Unidade	21	RESGATE SP	R$ 30,24	R$ 635,04
2	Manta Térmica para Paciente. Tipo De Aquecimento: Isolante Térmico. Material: Película De Polímero Aluminizado. Tamanho: Pediátrico. Aplicação: P/ Corpo Inteiro. Esterilidade: Uso Único. Apresentação: Embalagem Individual. Apresentar registro na ANVISA.	613766	Unidade	12	RESGATE SP	R$ 29,58	R$ 354,96
VALOR TOTAL DO LOTE: (novecentos e noventa reais)							**R$ 990,00**
LOTE 32 - FILTRO PARA TRAQUEOSTOMIA							
1	Filtro Terapia Respiratória. Aplicação: P/ Traqueostomia. Modelo: Hme. Tipo: Troca Calor E Umidade C/ Barreira Microbiológica. Tamanho: Adulto.Esterilidade: Uso Único. Apresentar Registro na ANVISA.	479625	Unidade	84	HAIBREAT H	R$ 16,96	R$ 1.424,64
2	Filtro Terapia Respiratória Aplicação: P/ Circuito Respiratório Modelo: Hmef Tipo: Troca Calor E Umidade C/ Barreira Microbiológica Tipo Membrana: Hidrófobico E Higroscópico Componente: Conexões Padrão Componente Adicional: C/ Traquéia Corrugada Tamanho: Infantil Esterilidade: Estéril. Apresentar Registro na ANVISA.	479616	Unidade	84	MEDIX	R$ 11,61	R$ 975,24
VALOR TOTAL DO LOTE: (dois mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)							**R$ 2.399,88**
VALOR TOTAL: (seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos)							**R$ 6.889,41**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos,

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO
Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº** 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: C=BR, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 10:57:27-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.1

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:21:39 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA:45053942000176
MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA:45053942000176

MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA
Representado pelo Sr,: **MATHEUS LOPES PORTO**, CPF nº **126.***.***-86.**

Testemunhas:

Nome: [illegible]
CPF: 992713 89115

Nome: [illegible]
CPF: 725 103 23172

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-FMS/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025

VALIDADE: 09/06/2027

Aos dias nove do mês de junho do ano 2026, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, sediada no endereço da Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Loteamento Aratu, Barreiras/BA – CEP: 47.803.914, o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, Brasileiro, Casado, inscrito no RG sob o nº 0873381815 SSP/BA e no CPF nº 927.317.675-53, residente e domiciliada nesta cidade, Barreiras/BA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.595.187/0001-25, situado na Rua Vasco da Gama, 360, Bairro Vila Regina, Barreiras-BA, CEP. 47.806-111, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Larissa Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do RG nº 0978157052 SSP/BA e CPF 006.560.515-23, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025, realizado por meio do processo administrativo nº 27109/2025, homologado em 08 de maio de 2026 e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº 4650, de 08/05/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Materiais Hospitalares e Outros Insumos - Parte II - solicitados pela Central de Abastecimento de Material Hospitalar (CAMH), para suprir as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Barreiras/BA que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025 e/ou no Termo de Referência.

.

EMPRESA: VIVRE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
CNPJ: 15.229.287/0001-01							
ENDEREÇO: RUA JOSÉ DE DEUS PEREIRA, Nº 287, GALPÃO A, BAIRRO CAICARA, GUANAMBI-BA. CEP: 46.430-000.							
REPRESENTANTE LEGAL: SUSY ARAUJO SILVA							
CPF: 675.***.***-20		**RG**: 23****157 SSP/BA					
LOTE 27 - ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 70%							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA/ MODELO**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Álcool Etílico Antisséptico, uso externo. Concentração: 70%. Apresentação: gel. Características Adicionais: com emoliente. Caixa com 24 unidades de 500ml. Apresentar Registro na ANVISA.	380018	Caixa	**1400**	CICLO FARMA	R$ 116,75	R$ 163.450,00
2	Álcool Etílico Antisséptico, uso externo. Concentração: 70%. Apresentação: gel. Características Adicionais: com emoliente. Embalagem com 5 litros. Apresentar Registro na ANVISA.	380018	Galão	**280**	CICLO FARMA	R$ 32,62	R$ 9.133,60
VALOR TOTAL : (cento e setenta e dois mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)							**R$ 172.583,60**

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722 Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses *[limitado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

Parágrafo Primeiro - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Segundo - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

Parágrafo Quarto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de Nº 08.595.187/0001-25.

Parágrafo Sétimo - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Parágrafo Décimo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Parágrafo Décimo Primeiro - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

Parágrafo Décimo Segundo - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

Parágrafo Décimo Terceiro - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Parágrafo Décimo Quarto - Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

Parágrafo Décimo Quinto - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;

Parágrafo Décimo Sexto - Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

Parágrafo Décimo Sétimo - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;[

Parágrafo Décimo Oitavo - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA.

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722 Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
iv) Multa:

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722 Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
2. Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia, até o 30° dia de atraso;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Parágrafo Quarto - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Parágrafo Sexto - Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;

Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Nono - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

Parágrafo Décimo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133/21;

Parágrafo Décimo Primeiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722 Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

PREFEITURA DE BARREIRAS
CAPITAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO
Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº** 045/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
Assinado digitalmente por OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553
ND: OHBR, CN=OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA:92731767553, OHICP Brasil, OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.09 11:01:28-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA
Prefeito de Barreiras

LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Assinado de forma digital por LARISSA GOMES BARBOSA:00656051523
Dados: 2026.06.09 11:22:12 -03'00'

LARISSA GOMES BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722
Assinado de forma digital por KEPPLER ARAUJO SILVA:10091128722

VIVRE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Representado pela Sra,: **SUSY ARAUJO SILVA**, CPF nº **675.***.***-20.**

Testemunhas:

Nome:
CPF: 992713891115

Nome:
CPF: 725123231 72

DIÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS

Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA

TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO NADIR PIMENTA CASTRO

Nadir Pimenta Castro
Titular

Livro:145-C.
Folhas:59/60.
Ordem nº:10808.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA - ESTADO DA BAHIA
CARTORIO DO TABELIONATO NADIR PIMENTA

PROCURAÇÃO PÚBLICA

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante, virem, que no dia dezenove do mês de junho de dois mil e vinte e três (19/06/2023), nesta cidade de Bom Jesus da Lapa, sede da Comarca do mesmo nome, do Estado da Bahia, neste Cartório, perante mim 2º Tabelião Substituto, compareceu a outorgante **VIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.229.287/0001-01, com sede na Rua José de Deus Pereira, nº 287, Galpão A, Caiçara, Guanambi/BA, CEP 46.430-000, neste ato representada pela sócia administradora **SUZY ARAUJO SILVA**, brasileira, casada, comerciante, nascida em 18/02/1967, filha de Faraildes Santos Araujo e Vicente Irineu de Araújo, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 04352132445, expedida pelo DETRAN/BA em 15/05/2018, cédula de identidade nº 232634157, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF sob nº 675.782.685-20, residente e domiciliada na Rua Fernando Freitas, nº 59, São Gotardo, Bom Jesus da Lapa/BA, CEP 47.600-000, reconhecida pela própria de mim do que dou fé; por ela representante da empresa outorgante, me foi dito que por este público

DOUGLAS BARBOSA DE ASSIS
2º TABELIÃO SUBSTITUTO
Portaria 03/2012
Tabelionato de Notas e Protestos Nadir Pimenta Castro

Av. Manoel Novaes, 1586 - Sala 6-7 - Centro - Bom Jesus da Lapa - BA - CEP 47600-000 - Fone: (77) 3481-2037 - cnpnadirpcastro@hotmail.com

Prova de Autenticidade válida até 23/05/2024

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2024 15:00:56 que o documento de hash (SHA-256)
6831dda0b78e063824d2bf3ff21db91837c582b4836e966509ae44272ab1306d foi validado em 23/02/2024 14:58:57 através da transação blockchain
0x4a6fbf89a7959137e89fefb24760db679b88be1ffeb437fa9fe8bca9e757766a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 195243)

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **KEPPLER ARAUJO SILVA**, brasileiro, agropecuarista, solteiro, nascido em 21/05/1984, portador da cédula de identidade RG nº: 9.891.253-43, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 100.911.287-22, residente e domiciliado na Rua Fernando Freitas, nº 59, São Gotardo, Bom Jesus da Lapa/BA, CEP 47.600-000, a quem confere plenos poderes para **RESOLVER TODO E QUALQUER ASSUNTO, podendo para tanto reger, gerir e administrar a empresa,** requerer e assinar o que preciso for, **participar de processos licitatórios,** podendo responder em todos os atos necessários, assinar cartas de credenciamentos, assinar contratos, assinar aditivos de contratos, transigir, fazer acordo, dar lances, firmar compromisso, representar junto à qualquer agência bancária, requerer procurador ad judicia se preciso for, admitir e demitir funcionários, solicitar e assinar proposta de empréstimo, assinar orçamento, assinar contrato de abertura de financiamento, assinar contrato de qualquer natureza, gerir, comprar material, assinar papeis, prestar declarações, apresentar documentos, podendo **movimentar contas, junto as agências bancárias, BRADESCO Agência n° 3029, conta n° 39564-1, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S/A e BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, bem como em qualquer outras Instituições Financeiras desta praça ou qualquer outra praça,** assinar emissão de cheques, autorizar cobrança, apresentar documentos, receber, passar recibos e dar quitação, fazer acertos e acordos, solicitar saldos e extratos, : fazer saques e depósitos, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheque devolvido, endossar cheques, sustar/contraordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, tomar empréstimos, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, cumprir exigências, cadastrar, alterar, renovar e debloquear senhas, efetuar transferências por meio eletrônico, assinar autorização para aplicações financeiras, resolver todo e qualquer assunto referente a conta, bem como representar junto a qualquer agência bancária, abrir e movimentar conta bancária, requerer, aceitar e endossar cheques, solicitar saldos e extratos, fazer depósitos, saques e retiradas, renunciar,

DOUGLAS BARBOSA DE ASSIS
2º TABELIÃO SUBSTITUTO
Portaria 03/2012
Tabelionato de Notas e Protestos Nadir Pimenta Castro

Prova de Autenticidade válida até 23/05/2024

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2024 15:00:56 que o documento de hash (SHA-256) 6831dda0b78e063824d2bf3ff21db91837c582b4836e966509ae44272ab1306d foi validado em 23/02/2024 14:58:57 através da transação blockchain 0x4a6fbf89a7959137e89fefb24760db679b88be1ffeb437fa9fe8bca9e757766a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 195243)

DIÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS

Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA

TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO NADIR PIMENTA CASTRO

Nadir Pimenta Castro
Titular

Livro:145-C.
Folhas:60/60.
Ordem nº:10808.

desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, **Junta Comercial, Secretaria da Fazenda, Ministério do Exército, Receita Federal, além de estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Cartórios Tabelionatos de notas e Registro de Imóveis, PREFEITURAS MUNICIPAIS, DETRANS, INSS, CONSORCIOS, SERASA, SPC,** órgãos particulares, Bolsas de Valores, Cias. Telefônicas, participar de audiências, Juízo Instância ou Tribunal receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar assinar e apresentar documentos, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, fazer acordos judiciais e extrajudicialmente, **podendo ainda vender, ceder, transferir, ou de qualquer outra forma alienar imóveis;** constituir advogados com poderes da **CLAUSULA AD JUDICIA** para o foro em geral, prestar declarações, fazer acertos, acordos, podendo para tanto requerer e assinar o que preciso for, dar recibo e receber quitação, apresentar e retirar documentos, cumprir exigências, substabelecer poderes, enfim, praticar, todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, o que, a representante da outorgante dará tudo por bom, firme e valioso. **Sendo a presente outorgada por prazo indeterminado. Feita sob minuta apresentada.** Todos os elementos relativos às qualificações das partes, assim como todos os poderes constantes nesta procuração, são inalteráveis e foram fornecidos e conferidos por ela representante da empresa ora outorgante, que consequentemente assume a responsabilidade civil e criminal por sua veracidade, isentando este Tabelionato de qualquer responsabilidade pela não aceitação, erro, incorreção, advindos das declarações deste mandato, tendo a mesma pleno conhecimento que eventuais correções decorrentes das declarações somente serão levados a efeitos

DOUGLAS BARBOSA DE ASSIS
2º TABELIÃO SUBSTITUTO
Portaria 03/2012
Tabelionato de Notas e Protestos Nadir Pimenta Castro

Av. Manoel Novaes, 1586 - Sala 6-7 - Centro - Bom Jesus da Lapa - BA - CEP 47600-000 - Fone: (77) 3481-2037 - cnpnadirpcastro@hotmail.com

Prova de Autenticidade válida até 23/05/2024

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2024 15:00:56 que o documento de hash (SHA-256)
6831dda0b78e063824d2bf3ff21db91837c582b4836e966509ae44272ab1306d foi validado em 23/02/2024 14:58:57 através da transação blockchain
0x4a6fbf89a7959137e89fefb24760db679b88be1ffeb437fa9fe8bca9e757766a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 195243)

DIÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS

Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

mediante a outorga de novo instrumento. DAJE: Emissor 1375; Serie: 002; nº 039936; Valor R$ 103,42; Emolumentos R$49,95 - Taxa de Fiscal R$35,47 - FECOM R$13,65 - PGE R$1,98 - Def. Pública R$1,34 - FMMPBA R$1,03. Ficam dispensadas as testemunhas instrumentárias de acordo com o Artigo 215, parágrafo 5º, 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Após as declarações supra, lavrei esta Procuração Pública, que foi por mim lida em voz alta, aceita e assina. Eu, Douglas Barbosa de Assis, 2º Tabelião Substituto do Cartório Tabelionato de Notas de Bom Jesus da Lapa/BA, digitei, conferi. dou fé e assino.

Em test. O. O. A — da verdade.

Bom Jesus da Lapa/BA, 19 de junho de 2023,

VIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Outorgante
Suzy Araujo Silva
Representante

Douglas Barbosa de Assis
2º Tabelião Substituto

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1375AB5414194
HA4PPX43FO
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

DOUGLAS BARBOSA DE ASSIS
2º TABELIÃO SUBSTITUTO
Portaria 03/2012
Tabelionato de Notas e Protestos Nadir Pimenta Castro

Prova de Autenticidade válida até 23/05/2024

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2024 15:00:56 que o documento de hash (SHA-256)
6831dda0b78e063824d2bf3ff21db91837c582b4836e966509ae44272ab1306d foi validado em 23/02/2024 14:58:57 através da transação blockchain
0x4a6fbf89a7959137e89fefb24760db679b88be1ffeb437fa9fe8bca9e757766a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 195243)

DIÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS

Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Prova de Autenticidade válida até 23/05/2024

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **6831dda0b78e063824d2bf3ff21db91837c582b4836e966509ae44272ab1306d** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **195243** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO PUBLICA KEPPLER"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO PUBLICA KEPPLER"**, faz prova de que em **23/02/2024 14:55:54**, o responsável **Vivre Comércio De Produtos Hospitalares Ltda (15.229.287/0001-01)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Vivre Comércio De Produtos Hospitalares Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **23/02/2024 15:00:53** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x4a6fbf89a7959137e89fefb24760db679b88be1ffeb437fa9fe8bca9e757766a**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://bscscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

DIÁRIO OFICIAL
ATOS OFICIAIS
Barreiras-Bahia - Edição 4669 - 09 de Junho de 2026 - ANO 20

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº. 36083/2025, CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 001/2026, formato eletrônico. BJETO: Contratação de serviços e obras de engenharia para execução de pontilhão sobre o canal de drenagem da Vila Dulce, em Barreiras/Ba, visando a melhoria da infraestrutura de transporte e drenagem urbana, de acordo com o memorial descritivo e as planilhas orçamentárias anexas ao Projeto Básico. DECISÃO: Nos termos do art. 71, inc. IV da Lei nº. 14.133/2021, ADJUDICO o objeto à licitante vencedora do Lote 01 - ENGEC CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 13.962.923/0001-76, no valor total de R$ 1.795.775,10 (um milhão, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e dez centavos) e HOMOLOGO o resultado do presente processo. Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei. Barreiras-BA, 09 de junho de 2026. OTONIEL NASCIMENTO TEIXEIRA, PrefeitoMunicipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – N° 026/2026

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/ Bahia, devidamente autorizada pela Portaria N° 124/2025, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico Nº 026/2026. Objeto: Procedimento Auxiliar Sistema de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de Medicamentos de Uso Hospitalar, destinados ao atendimento das unidades da Atenção Especializada, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras-BA - 3ª Etapa. Sessão de Abertura: 22/06/2026 às 08:00 horas**. O Edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: https://licitanet.com.br, https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. **Técio de Andrade Bezerra** – Pregoeiro. Barreiras/BA, 08 de junho de 2026.